

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Porantim Class.: Org. Ind. Lideranças
Data 03/90 Pg.: 481

ASSEMBLEIA

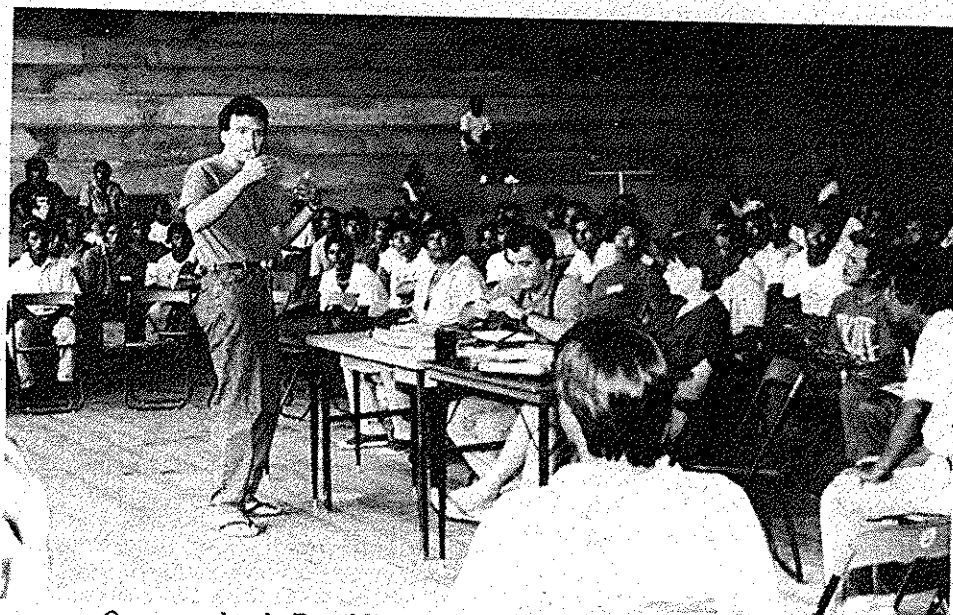
Indignação e revolta no rio Negro

O primeiro dia da Assembléia Geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), realizada em São Gabriel da Cachoeira (AM), de 12 a 15 de março passado, coincidiu com o golpe desfechado pelo ex-presidente José Sarney contra os povos indígenas daquela região: o decreto de homologação da demarcação física de 11 áreas indígenas e nove florestas nacionais.

Convidados para a assembléia, os procuradores da República, Aurélio Rios e José Roberto Santoro, receberam a notícia com espanto, uma vez que a Funai os informara de que não havia nenhuma previsão para a homologação.

Entre as lideranças de diversas nações indígenas do alto e baixo rio Negro, a notícia causou indignação e revolta, principalmente porque se constatou que o Governo, em vez de demarcar áreas indígenas contínuas, como reivindicam as comunidades, demarcou "áreas indígenas" com as mesmas dimensões das "colônias indígenas", segundo a proposta da extinta Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden).

"Sarney deu o tiro de misericórdia nos índios", reagiu o coordenador da União das Nações Indígenas/AM, Manoel Moura Tukano. Moura reiterou que "essas áreas indígenas que o governo Sarney quis enfiar pela goela dos índios é a mesma coisa que as colônias indígenas.



O procurador da República Aurélio Rios fala à assembléia; à mesa, o procurador José Roberto Santoro e a antropóloga Dominique Bouchillet

Ele só fez mudar de nome para tentar enganar a gente".

PROCURADORES OUVEM DENÚNCIAS

O objetivo da ida de representantes do Ministério Público a São Gabriel da Cachoeira foi ouvir dos próprios índios as suas reivindicações e conhecer a realidade da região do alto rio Negro. Os procuradores Aurélio Rios, José Roberto Santoro e a antropóloga Dominique Bouchillet compareceram ao encontro a convite

da coordenação da FOIRN. Mantiveram também contato com autoridades do município.

Dos índios os procuradores ouviram denúncias de abandono e perseguição por parte da Funai. Principalmente no que diz respeito à saúde e à educação, a Funai não tem prestado nenhuma assistência às comunidades indígenas. Por esse motivo, as lideranças vêm pedindo a extinção desse órgão.

A denúncia mais grave, que dei-

xou os participantes da assembléia apreensivos, deu conta da invasão de terras indígenas do rio Negro por parte de garimpeiros que saíram do território dos Yanomami, em Roraima. Orlando Melgueiro, da nação Baré, denunciou que "a redução das terras indígenas decretada pelo presidente Sarney nos últimos dias de governo revelou a intenção de escancarar as terras dos índios do rio Negro para os mesmos saqueadores das terras Yanomami".

E AGORA, O QUE FAZER?

Diante desse golpe de Sarney, o procurador da República, José Roberto Santoro disse que as providências que o Ministério Público tomará terão como base o relatório que ele, juntamente com Aurélio Rios, apresentarão à Procuradoria Geral da República.

Ao final da assembléia, os procuradores receberam das lideranças indígenas um documento repudiando as manobras do governo Sarney e exigindo a demarcação de áreas indígenas contínuas. No mesmo documento, os índios do alto rio Negro pedem providências contra a morte dos índios Yanomami de Roraima.

Da reunião participaram representantes das nações Tukano, Tariano, Desana, Wanana, Werekena, Pirá-Tapuia, Arapaso, Maku, Kuri-pako, Baniwa, Kubeo, Karapanã e Meriti-Tapuia. (J. Rosha)

Porantim Março/1990